

DISCURSO – Seminário Nacional de Educação Especial Inclusiva

Por uma educação especial e verdadeiramente inclusiva

Autoridades presentes,
Educadores, gestores públicos, estudantes, famílias, representantes das instituições parceiras,
Senhoras e senhores,

Meus distintos cumprimentos.

É com grande felicidade e profundo senso de responsabilidade pública e humana que participo, como professor e atual presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), deste Seminário Nacional de Educação Especial Inclusiva na tão acolhedora cidade de Cuiabá, a capital do agro deste país continente.

Aqueles que acompanham minha caminhada pública sabem o quanto a educação ocupa lugar central em minhas convicções e ações, e no meu coração. Acredito que a educação pública, em seu sentido mais amplo, e na forma idealizada pelo mestre baiano Anísio Teixeira, permanece como o instrumento mais poderoso de transformação social, desenvolvimento humano e fortalecimento da democracia. Sim, como diz o educador Anísio, a educação pública é a máquina de se fazer democracia.

É pela educação que se constrói cidadania, se reduzem desigualdades e se amplia a capacidade de um povo sonhar e realizar. E eu, enquanto egresso de escola pública, sei, porque senti na pele o quanto isso é verdade. E quando falamos de educação inclusiva, falamos de um estágio ainda mais elevado desse compromisso civilizatório: aquele em que o conhecimento deixa de ser privilégio de alguns para tornar-se direito de todos, respeitando diferenças, acolhendo singularidades e reconhecendo que cada ser humano possui valor incomparável. Que cada vida importa.

O grande educador Paulo Freire, que me revelou a importância do ato de ler, nos ensinou que “A educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”. A clássica frase resume exatamente o que estamos tratando aqui: a transformação humana por meio do acolhimento, da dignidade e do direito de aprender; e do aprender a transformar o mundo.

Ressalto, ainda, que inclusão não pode ser vista como mera obrigação legal. Ela é compromisso ético, constitucional e, acima de tudo, humano.

Os Tribunais de Contas brasileiros, cada vez mais, têm compreendido que fiscalizar a educação não significa apenas verificar números, contratos e indicadores. Significa também fiscalizar oportunidades. Verificar se o Estado está alcançando aqueles que historicamente foram invisibilizados.

Quando os Tribunais de Contas decidem olhar para a educação para além dos números e das planilhas, estão, na verdade, olhando para o futuro do Brasil. É esse o espírito que orienta, por exemplo, a Auditoria Nacional da Alfabetização e Aprendizagem, coordenada pelo Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa, presidido pelo Conselheiro Cezar Colares, do Tribunal de Contas

dos Municípios do Estado do Pará, que já mobiliza 11 Tribunais de Contas, incluindo este Egrégio Tribunal do Estado de Mato Grosso, e alcança mais de uma centena de municípios brasileiros.

A auditoria operacional tem por finalidade avaliar a efetividade das políticas públicas educacionais, identificando fragilidades, desafios e oportunidades de aprimoramento nas redes municipais de ensino, com especial atenção às ações voltadas à alfabetização e à garantia da aprendizagem. A partir dos achados da fiscalização, serão formuladas recomendações aos gestores públicos, contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão educacional e para a implementação de medidas capazes de elevar a qualidade do ensino oferecido aos estudantes.

A iniciativa parte de uma convicção simples, mas poderosa: nenhuma política pública será verdadeiramente eficaz se deixar alguém para trás. E isso vale, de forma ainda mais contundente, para os estudantes da educação especial. A educação inclusiva não pode ser vista como uma pauta paralela, mas como um elemento central da qualidade educacional.

Ao fiscalizarmos as condições de aprendizagem, a formação dos professores, a gestão escolar e o acompanhamento da trajetória dos estudantes, estamos também verificando se nossas escolas estão preparadas para acolher a diversidade humana em toda a sua plenitude.

Quando uma criança com deficiência encontra barreiras para acessar a escola, não é apenas ela que perde. O país inteiro perde talentos, inteligência, sensibilidade e futuro. Quando promovemos a inclusão, não estamos apenas adaptando estruturas físicas, mas, sim, uma adaptação de uma mentalidade outrora excludente. Portanto, a educação inclusiva exige formação continuada de professores, um investimento público responsável e empatia institucional.

Caminhando para o fim, como um apaixonado e indutor do controle externo, acredito profundamente que o investimento em educação inclusiva não representa despesa. Representa desenvolvimento social, fortalecimento da democracia e valorização da dignidade humana.

Assim, parabeno o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, seus membros, servidores, colaboradores, por mais essa grande iniciativa, mostrando que o “pé está na estrada” e o coração está atento a quem mais precisa.

Sim, precisamos abandonar os discursos vazios e assumir responsabilidades concretas. Não basta inaugurar escolas e distribuir livros, por vezes, sem significado; é preciso construir ambientes verdadeiramente acessíveis, humanos e preparados para a diversidade.

A Constituição Federal, mais especificamente no art. 3, incisos I e IV, nos chama à construção de uma sociedade livre, justa, solidária e sem preconceito de qualquer origem. Não haverá justiça enquanto houver exclusão. Não haverá solidariedade enquanto houver indiferença.

Este seminário, portanto, ultrapassa o caráter acadêmico ou institucional. Ele se transforma em espaço de consciência coletiva. Um lugar onde reafirmamos que toda criança tem direito de aprender e desenvolver-se com apoio e estrutura necessários.

Por fim, gostaria, ainda, de parabenizar todas as instituições organizadoras pela iniciativa e, sobretudo, os profissionais da educação que, mesmo diante das dificuldades, continuam fazendo da sala de aula um lugar de esperança. Sim, é preciso esperar sempre.

Que possamos assumir, juntos, a responsabilidade histórica de construir um Brasil mais inclusivo, mais humano e mais sensível às diferenças. Um Brasil feito por todos, de todos e para todos. Afinal, como diz Neto Lobo e a Cacimba, na canção “Seu Zé”: “Ô Zé, quanto tempo nos resta Zé, pra gente mudar o mundo Zé, nossos filhos vão ver, ô Zé, temos tempo ainda Zé, corre e chama a esperança Zé, o melhor vai nascer”.

Meu muito obrigado!